



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow-Up	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Ponte da Amizade	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Automóveis	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Nova classe média	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Nova classe média (continuação)	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mundo.....	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
sim & não	8
OPINIÃO	
A CRITICA	
Janeiro: arrecadação foi de R\$47,8 milhões	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
Estudo do Ipea.....	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Empresas do PIM recebem treinamento.....	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Fernando Coelho Jr.....	12
PLATÉIA	

Frente & Perfil

Suframa abre linha direta com a Câmara

Superintendente da Suframa, **Thomas Nogueira** fez ontem reunião de trabalho com o presidente da CMM, **Isaac Tayah**. Foi valiosa. Saiu um acordo de parceria entre os dois órgãos para uma campanha de informação sobre as funções e atividades da Suframa e a garantia de que a CMM dará apoio às reivindicações da autarquia no bojo do novo Plano Diretor de Manaus. No próximo dia 28 a Suframa aniversaria e vai ter sessão especial na casa em homenagem aos 45 anos. Nogueira também vai visitar os demais chefes dos Poderes do município e do Estado.

Foto: Plutarco Botelho/CMM



Follow-Up



EMPRESARIAL

Internacionalização de empresas

O recente movimento de internacionalização de empresas reforça o papel dos países emergentes no redesenho do mundo dos negócios e da geopolítica. Observa-se que algumas de nossas principais multinacionais – por exemplo, Gerdau, Votorantim, Braskem e Marfrig – voltam a se mover agressivamente, principalmente em razão do custo Brasil, um freio à nossa competitividade no comércio exterior.

O Brasil desponta nesse grupo em clara ruptura com um histórico de orientação voltada ao mercado interno. Pela trajetória recente, o esforço de internacionalização foi incorporado como estratégia corporativa, ainda que restrita a um universo seleto de empresas. A Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica, do IBGE, indica que as empresas que inovaram são as que mais se internacionalizaram. A demanda dos novos mercados exige um esforço contínuo de elevação da qualidade de processos, produtos e serviços.

Esse padrão superior tende a se reproduzir na rede de fornecedores, o que potencializa os impactos positivos no conjunto da economia. Do ponto de vista da economia política, a con-

solidação de multinacionais de países emergentes contribui para aumentar seu poder de negociação e barganha e, dessa forma, reposicioná-las na arena internacional. Ao perceberem os potenciais benefícios que a internacionalização de empresas pode gerar, os governos de muitos países emergentes elaboraram políticas públicas específicas para estimular o processo, de modo a diminuir riscos, otimizar o impacto dessas corporações e elevar o padrão de competitividade de suas economias.

A China, desde 2004, conta com uma política agressiva para estimular a internacionalização de suas empresas – o “Go Global”. O EximBank chinês oferece crédito subsidiado a projetos no exterior que atendam ao menos um dentre 4 objetivos: 1) obter recursos naturais escassos no país; 2) propiciar desenvolvimento tecnológico; 3) elevar exportações; e 4) fortalecer laços de política externa com países estratégicos. Na área diplomática, assinou acordos de proteção mútua de investimentos com 115 países e com 89 para evitar a bitributação – problema também presente

no Brasil. Como suporte público, qualquer empresa chinesa pode acessar uma rede online contendo informações sobre negócios e oportunidades de aquisições no exterior, em especial de empresas de base tecnológica.

As empresas brasileiras não faltam músculos nem dinamismo, mas é essencial que seu apetite empreendedor entre em sintonia com o esforço do país para elevar o padrão de tecnologia, produtividade e competitividade econômica. Para tanto, a ação do Estado é urgente, mas a atuação do setor público não se fará sem o setor privado. Como o país amadureceu, construiu instituições sólidas e uma economia diversificada, o dirigismo estatal dos anos 50 e 60 é tão impossível quanto indesejável.

Mas nem por isso a atuação do Estado deixou de ser essencial, principalmente pelo seu poder de articulação dos agentes econômicos em novas estratégias para o país. As políticas industriais que tiveram êxito na promoção de transformações relevantes em diversos países emergentes primaram pelo foco na

construção de novas competências, de absorção e geração de tecnologia e na elevação da competitividade da economia.

A crise econômica mundial gerou oportunidades para os países emergentes adquirirem empresas de alta tecnologia

Foi assim na experiência japonesa e na coreana. A crise econômica mundial, que derrubou o valor de mercado de muitas empresas europeias e norte-americanas, gerou oportunidades para os países emergentes adquirirem empresas de alta tecnologia, de modo a encurtar as rotas de sua capacitação e desenvolvimento. Ainda que de maneira tímida, o Brasil também deu

passos na mesma direção.

Desde 2005, o governo apoia a internacionalização de empresas por meio do Bndes, dos Centros de Negócios da Apex e do Banco do Brasil. Trata-se de iniciativas que representam uma inflexão positiva em nossa política industrial. Porém, ainda há muito a fazer no campo tributário, financeiro, diplomático e na construção de uma rede internacional capaz de captar tendências e difundir informações sobre as oportunidades para empresas brasileiras no exterior.

Tendo em vista que a busca pela elevação do patamar tecnológico e de inovação das empresas é muito importante para o país, é essencial que o investimento público se sintonize com as prioridades da política industrial e tecnológica. Quanto mais nossas multinacionais estiverem limitadas a setores pouco intensivos em conhecimento, menor o impacto positivo em outros ramos da economia.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.
cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Ponte da Amizade

Lei dos Sacoleiros já está em vigor permitindo importação

Desde ontem, os comerciantes podem importar mercadorias pela Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu (PR) a Ciudad del Este, no Paraguai, pagando menos impostos. Entrou em vigor a Lei dos Sacoleiros, que garante recolhimento simplificado de tributos e redução da burocracia na alfândega para profissionais autônomos e microempresários habilitados.

Sancionada em janeiro de 2009, a Lei dos Sacoleiros até hoje não tinha entrado em operação porque só foi regulamentada no fim de janeiro deste ano. A lei criou o RTU (Regime Tributário Único), em que a mercadoria entra no país pagando alíquota única de 25%, percentual correspondente aos tributos federais, além do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Estado onde o comerciante está registrado.

Somente pode habilitar-se no RTU a microempresa com receita bruta anual de até R\$ 360 mil e o microempresen-

dedor individual, trabalhador autônomo formalizado, com receita bruta anual de até R\$ 60 mil. Todos os importadores legalizados deverão estar inscritos no Simples Nacional.

As importações deverão

*As importações
deverão respei-
tar o limite máxi-
mo anual de R\$
110 mil, com li-
mites trimestrais
definidos*

respeitar o limite máximo anual de R\$ 110 mil, com limites trimestrais de R\$ 18 mil para o primeiro e o segundo trimestres, e de R\$ 37 mil para os dois últimos trimestres. Esse sistema não vale para as importações de armas, munições, fogos de

artifício, explosivos, autopeças, cigarros, medicamentos e bebidas, alcóolicas ou não alcóolicas.

Tanto o comprador brasileiro como o vendedor paraguaio têm de cumprir uma série de procedimentos para fazer a importação legalizada. Primeiramente, o estabelecimento vendedor no Paraguai deve estar autorizado pelo governo local a vender no regime. O lojista emite as faturas comerciais no sistema informatizado de controle da Receita Federal, e a mercadoria recebe uma etiqueta gerada pelo sistema RTU.

O comerciante brasileiro precisa efetuar o pedido de transporte no sistema informatizado, e o condutor do veículo cadastrado a operar no regime especial deve comunicar à alfândega paraguaia o início da operação. A mercadoria só entrará em território brasileiro acompanhada por um representante credenciado da microempresa.

Automóveis

México desconsidera novo acordo

O México não aceita rever o acordo automotivo com o Mercosul, informa comunicado oficial divulgado hoje. Uma delegação de negociadores está no país desde a última terça-feira para uma rodada de conversas a ser encerrada amanhã, mas a disposição de mudar as regras é zero.

O comunicado afirma que o ACE (Acordo de Complementação Econômica) 55, assinado em 2003, fez o comércio de automóveis subir de pouco mais de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 2,5 bilhões em 2011, além de desenvolver a indústria regional de autopeças. "Devido à importância bilateral do ACE 55, o governo mexicano buscará não negociá-lo", diz o documento.

Apesar do claro posicionamento contrário dos mexicanos, o lado brasileiro insiste no diálogo. "O governo mantém a disposição de renegociar o acordo(automotivo)", informou

o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Técnicos de Brasil e México mantiveram reuniões na noite de terça e ao longo do dia de ontem. A previsão é que essa etapa seja encerrada amanhã à noite. A delegação mexicana é chefiada pelo subsecretário de Comércio Exterior, Francisco de Rosenzweig, da Secretaria de Economia, e pelo embaixador Rogelio Granguillhome Morfin, da Secretaria de Relações Exteriores.

A reunião foi acertada na semana passada em conversa da presidente Dilma Rousseff com o presidente do México, Felipe Calderón, depois que o Brasil ameaçou romper de forma unilateral o acordo automotivo. A avaliação do lado brasileiro é que ele tem sido desvantajoso.

Uma primeira proposta foi apresentada na noite de terça-feira, segundo informou o

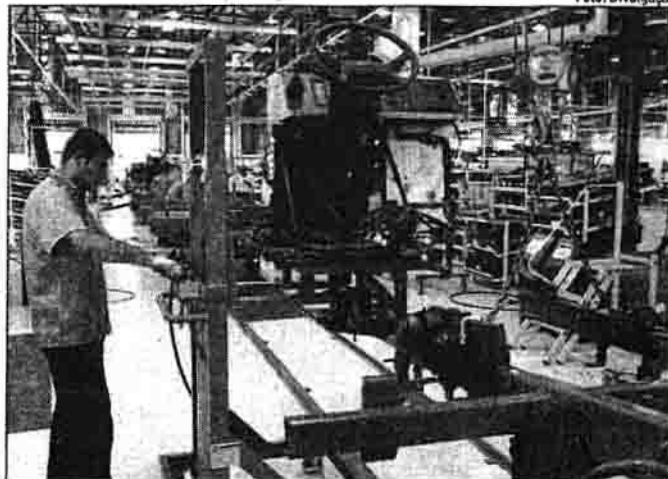


Foto: Divulgação

Mexicanos dizem que o Brasil teve superávit nos seis primeiros anos do acordo

ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, que não adiantou detalhes nem participou da reunião. As conversas foram tensas, segundo testemunhas. O Brasil ameaçou romper o acordo com o México depois que foi registrado forte ingresso no mercado nacional de mo-

delos fabricados naquele país. Segundo Pimentel, é preciso encontrar meios para que nenhum dos lados registre superávit comercial muito grande. Uma possibilidade seria incluir no acordo ônibus e caminhões, pois os fabricantes brasileiros são competitivos nesse segmento.

Nova classe média

Indústria com mão de obra qualificada

Demanda por educação profissional mostra que o setor industrial terá uma força de trabalho melhor preparada

A chamada nova classe média (com renda familiar entre R\$ 1,2 mil e R\$ 5,3 mil) fornecerá força de trabalho mais qualificada para o desenvolvimento industrial nos próximos anos. A expectativa é alimentada por uma análise sobre a demanda por educação profissional divulgada ontem, em Brasília, pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

De acordo com a avaliação, ba-

seada nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - pesquisas mensais de emprego (PME), de 2002 a 2010, e Pnad/2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)-, são os jovens da classe média que alimentam a expansão de quase 77% no número de pessoas que declararam "frequentar" ou "ter frequentado" cursos de educação profissional (qualificação de 200 até 400 horas, ensino médio técnico ou curso superior de tecnólogo) entre 2004 e 2010.

Em seis anos, o percentual de quem declarou formação em educação profissional passou de 14,03% para 24,81%, segundo aponta a análise. O maior contingente é de jovens, especialmente os adolescentes de 15 anos, que representam 10% do total de pessoas que frequentam ou frequentaram educação profissional. Entre as pessoas de 15 a 29 anos que declararam frequentar a educação profissional, o maior percentual é na classe C (8%), que também aponta a maior demanda por



Foto: Reprodução

Nova classe média (continuação)

cursos profissionalizantes na área industrial.

Para o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, a procura dos jovens da classe C pela educação profissional indica que a ascensão do estrato na última década terá sustentabilidade. “Não é sonho de uma noite verão”, afirma.

Para ele, não é possível dizer que a mobilidade é movida meramente por aumento do acesso ao crédito e maior consumo desse segmento da população. “Há claro paralelo entre a ascensão da nova classe média (ou classe C) e a profusão de carteiras de trabalho e cursos profissionalizantes”, defende.

Na opinião de Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia do Senai, o ingresso desses jovens deverá dar “lastro” ao crescimento do setor industrial nos próximos anos. A expecta-

tiva do executivo é que os onze principais setores industriais brasileiros totalizem US\$ 648 bilhões de investimento entre 2011 e 2015. O Senai promete até 2014 ampliar sua rede de escolas técnicas e cursos profissionalizantes de 2,4 milhões de matrículas para 4 milhões. Para isso, contará com empréstimo de R\$ 1,5 bilhão do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Apesar da boa perspectiva, a análise dos dados aponta que mais de três quartos da população nunca frequentou educação profissionalizante, quase 70% por falta de interesse. Além disso, a pesquisa verifica que 8% dos que iniciaram algum curso profissionalizante não concluíram. A maioria porque deixou de ter interesse pelo curso no qual estavam inscritos. Entre os que concluem, mais de 37% não conseguem trabalhar na área.

Os cursos profissionalizantes no Brasil são oferecidos pela rede pública, pela rede privada, pelo Senai e por organizações não governamentais.

Na avaliação de Marcelo Neri, a baixa procura por cursos profissionalizantes tem a ver com a falta de informação e a má qualidade das escolas brasileiras. “A baixa qualidade da educação básica no Brasil influencia a demanda pela educação profissional”, diz o economista que assinala que a educação profissional resulta em um ganho médio de 15%.

Rafael Lucchesi lembra que cerca de 9 milhões de alunos estão matriculados no ensino médio no Brasil, mas apenas 1 milhão faz o ensino médio técnico (complementar) e apenas 6 milhões ingressam no nível superior. “Poucos países tem uma distribuição tão ruim para a matriz do trabalho”, ressalta.

Mundo

Nokia deve cortar mais de 4 mil postos de trabalho

A fabricante de telefones celulares Nokia planeja cortar mais 4 mil postos de trabalho nas unidades na Finlândia, Hungria e México, na medida em que transfere os trabalhos para a Ásia na tentativa de cortar custos.

Os cortes de 8% da força de trabalho da divisão de telefones elevam o total de cortes planejados no grupo para mais de 30 mil.

A companhia sob o comando de Stephen Elop disse em um

comunicado que os cortes aconteceriam em etapas durante o ano. A fabricante tem revisado suas operações desde que anunciou o fechamento da unidade na Romênia, em setembro do ano passado.

A Nokia informou que reduzirá 2,3 mil postos de trabalho na Hungria, cerca de mil na Finlândia e o restante no México.

Em 26 de janeiro, a companhia registrou uma queda de 73% nos lucros do quatro trimestre

após as vendas de seus novos telefones com sistema operacional Windows não conseguirem ganhar espaço frente ao domínio do iPhone, da Apple, ou de compensar o declínio de seus smartphones mais antigos.

A Nokia anunciou em abril do ano passado que cortaria 7 mil empregos e revelou cortes de mais 3,5 mil em setembro. O braço de equipamentos de rede Nokia Siemens anunciou cortes de 17 mil funcionários.

sim & não

Entrepósito da ZF em PE agora vai sair

Anunciado em 2007, enfim, o entreposto da Zona Franca de Manaus no Nordeste vai ser instalado. A afirmação foi feita pelo governador Omar Aziz (PSD), após demorada conversa, ontem de manhã, com o governador Eduardo Campos (PSB), de Pernambuco, onde funcionará a 3ª extensão da ZFM, depois de RJ e MG. O local, que até então estava indefinido, foi acertado. O entreposto funcionará no Município de Ipojuca, onde está localizado o porto de Suape, região metropolitana do Recife.

Viagem Outro sinal da vontade de instalar o entreposto de Ipojuca será dado no próximo mês, quando Omar Aziz viajará para Pernambuco, para assinar os termos finais do acordo entre os dois Estados.

Efeito Dilma Detalhe da conversa que Omar e Campos tiveram por telefone foi que o governador pernambucano ligou para o Amazonas no momento que ele estava acompanhado da presidente Dilma Rousseff, que ontem visitou Pernambuco e Ceará.

Três minutos Chamado para audiência com Omar Aziz, ontem, o prefeito de Juruá, Tabira Ferreira, entrou no gabinete e não demorou saiu, falando orgulhosamente para

Janeiro: arrecadação foi de R\$47,8 milhões

Dados oficiais foram divulgados ontem. Maior parte veio do ISSQN

A receita tributária do município manteve seu ritmo de crescimento neste início de ano. Em janeiro, os cofres municipais arrecadaram mais de R\$ 47,8 milhões em impostos e taxas municipais, o que representou uma evolução de 18% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Secretaria Municipal de Finanças (Semef), diz

que tal desempenho pode ser conferido à boa "saúde" da máquina financeira municipal, que tem o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) como carro-chefe. Sozinho, o imposto de serviços somou receita de R\$ 37,4 milhões e significou uma fatia de 78% do total de tributos arrecadados.

De acordo com o titular da Semef, Alfredo Paes, a arrecadação do ISSQN manteve média

positiva ao longo do ano passado e já demonstrou mesma tendência para 2012. De acordo com os dados levantados neste primeiro mês do ano, o imposto apresentou evolução de 13% em relação a 2011.

O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) também foi destaque na receita tributária de janeiro e arrecadou

PREFEITURA DE MANAUS RECEITA TRIBUTÁRIA DE JANEIRO DE 2011 E 2012		
TRIBUTOS	JAN/2010	JAN/2011
IPU	R\$202.152,91	R\$112.925,50
IRRF	R\$4.562.430,07	R\$5.322.407,05
ITBI	R\$2.084.295,21	R\$1.285.189,50
ISSQN	R\$33.107.574,51	R\$37.424.278,13
TAXAS	R\$490.702,43	R\$1.649.495,92
Total	R\$40.547.155,23	R\$47.881.991,31



mais de R\$ 3,3 milhões, superando em quase 62% os números de 2011. O crescimento, conforme destacou Alfredo Paes, reflete o bom desempenho do mercado imobiliário de Manaus.

RECEITA GLOBAL

No que diz respeito a números da receita global, o montante verificado em janeiro foi R\$ 202,4 milhões, 14,3% a mais que em igual período em 2011. Em cifras, o incremento foi acima de R\$ 26,3 milhões. Em transferências correntes, o que inclui os repasses estaduais e federais, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, gerou transferência abaixo do esperado, R\$ 74,4 milhões, apenas 7% acima do montante repassado ano passado.

ESTUDO DO IPEA

Renda ainda tem tímida participação

Parcela é 43,4% na economia brasileira. Norte fica com 6% e AM com 1,3%

A evolução da participação salarial do Amazonas na economia brasileira cresceu 35,4% entre 2002 e 2009, segundo levantamento divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos, do governo federal.

Entre os anos de 2002 e 2009, os estados de Roraima (57,9%), Acre (54%), Rondônia (36,2%) e Amazonas (35,4%) registraram os maiores crescimentos relativos na participação do rendimento do trabalho. O contrário ocorreu nos estados de São Paulo (13,1%), Pernambuco (6,1%),

Situação social

O Ipea lança hoje, às 10h, no auditório da Seplan, o estudo "Situação Social nos Estados", um conjunto de indicadores que relaciona renda, educação, saúde e trabalho, entre outras variáveis, na primeira década deste século.

Rio Grande do Sul (5,1%), Mato Grosso (4%), Espírito Santo (1,8%) e Rio de Janeiro (1,4%).

Na análise por estado, o

Amazonas se manteve com a mesma participação de 1995 a 2002 (1%) e chegou a 1,3% da parcela de rendimento do trabalho em 2009. Enquanto isso, São Paulo, o estado mais rico da federação, vem perdendo a fatia, sendo que obteve 34,6% em 1995, 32,8% em 2002 e 28,5%.

De acordo com o Ipea, a renda do trabalho tem uma participação pequena na economia brasileira, desde a estabilização monetária alcançada pelo Plano Real, que apresentou dois comportamentos distintos. Entre 1995 e 2002, essa parcela decresceu 11,8%, pois passou de 48% da

renda nacional para 42,4%.

Segundo o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, isso se deve a uma desconcentração da economia entre as regiões brasileiras.

No geral, a região Norte sempre teve a menor participação absoluta na evolução da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional, atrás das regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-oeste. Em 1995 tivemos 3,9% de parcela, em 2002 4,6% e 2009 6,0%.

No ano de 2009, por exemplo, as regiões Norte (6,0%) e Centro-Oeste (9,3%) apresentaram os menores indicadores de contribuição na parcela nacional do rendimento do trabalho, enquanto as regiões Sudeste (50,8%) e Sul (17,8%) registraram os maiores índices de participação relativa.

Em compensação, o Sudeste foi a grande região que decresceu continuamente sua participação na renda do trabalho, enquanto as demais melhoraram as suas posições relativas na parcela nacional do rendimento do trabalho durante a estabilização monetária.

Empresas do PIM recebem treinamento

Iniciativa adotada por mais de 100 empresas, o treinamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para a implantação do sistema de inventário de resíduos sólidos industriais será mantido, este ano, para as fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM). O sistema, desenvolvido a partir de uma parceria entre a autarquia e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), como ferramenta de gestão de resíduos, atende aos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Para melhor adequação ao programa, técnicos da Suframa desenvolveram um manual de instalação. O coordenador de Análise de Projetos de Engenharia e Arquitetura da Suframa, Luiz Brandão, ressalta que a adoção do sistema é uma das principais ações no Plano Diretor da Jica e possibilitará a consolidação dos dados dos inventários de resíduos pelos órgãos públicos responsáveis. "Trata-se de proposta em conjunto entre o poder público e as empresas geradoras do Polo Industrial de Manaus", salientou.

A iniciativa de implantação do plano é considerada estratégica, sobretudo porque contribuirá para a qualificação do PIM como centro industrial de empreendimentos. A participação no treinamento é feita por meio de convite da Suframa. A fábrica que ainda não for convidada e quiser participar, poderá entrar em contato com a autarquia federal por meio do telefone 3321-7000.

Fernando Coelho Jr.

>> Relações

Como parte da proposta de ter um diálogo maior com os principais setores da sociedade amazonense, o superintendente Suframa, Thomaz Nogueira, acompanhado de seus assessores diretos, Oldemar Ianck e Elilde Menezes, esteve reunido ontem com o presidente da Câmara Municipal de Manaus, Isaac Tayah.

Para Thomaz, a Câmara Municipal é uma das maiores caixas de ressonância das aspirações e das necessidades da sociedade. O reconhecimento é mútuo. Na avaliação do presidente da Câmara, o fortalecimento dessa relação possibilita um maior entendimento das potencialidades do modelo Zona Franca de Manaus e das ações da Suframa em benefício da cidade, favorecendo uma atuação conjunta.



O superintendente da Suframa Thomaz Nogueira, em visita ao presidente da Câmara Municipal de Manaus, vereador Isaac Tayah

>> Crescimento

. A receita tributária do município manteve

>> Babinos

. Será na próxima sex-